

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

FONTE : 0ESP

CLASS. : 16

DATA : 06 03 91

PG. : 03

A fronteira indefesa

O primeiro ataque a um destacamento de fronteira do Exército brasileiro, deixando três mortos e nove feridos graves, exige mais reflexões que propriamente explicações. Pode-se compreender que uma unidade de fronteira, atuando em área conturbada e exercendo função de polícia, conviva obrigatoriamente com a hipótese do ataque-surpresa. Muito diferentes são as evidências de que talvez o Batalhão Especial de Fronteiras, com sede em Tabatinga, apesar de atuar em área de grande risco, não dispusesse de todos os meios necessários, tanto em recursos humanos quanto em equipamento, para desempenhar com segurança suas funções de defesa do território nacional. Basta um dado: foi só na sexta-feira, com a chegada do grupo de substituição, que o Exército tomou conhecimento do ataque da terça-feira anterior, porque o único equipamento de radiocomunicação que o destacamento atacado dispunha era exatamente o objetivo essencial dos atacantes. Tem-se a impressão de que a rotina não previa o contato diário.

O "êxito" da missão guerrilheira está

na razão direta da concepção de proteção de fronteira que a sociedade brasileira cultiva e patrocina. As fronteiras não estão protegidas simplesmente porque se acantonam homens e armas em locais determinados. Elas estão protegidas por uma concepção específica de defesa e pelo adestramento constante do recurso humano — que deve ter a seu dispor todos os meios materiais e técnicos para que a proteção do território seja realmente efetiva.

Oficialmente, o Exército estava presente na região da Serra do Traira para fazer valer o direito de lavra dos índios tucanos, cuja área de garimpo tinha sido invadida tanto por colombianos quanto por brasileiros. A tensão na região pode ser medida por um fato: quando o presidente Fernando Collor visitou Tabatinga, distante menos de 600 quilômetros da área do incidente, temeu-se um ataque dos guerrilheiros colombianos, o que levou a reforçar a segurança presidencial. Isso sem contar os fortes indícios de que os garimpeiros estrangeiros expulsos da área do conflito trabalhavam sob a prote-

ção do grupo guerrilheiro colombiano que a segurança presidencial tanto temia.

Nessa situação real — que evidencia tanto a presença efetiva de estrangeiros ilegais, armados, ainda que trabalhadores à procura de ouro, quanto evidências muito concretas de que guerrilheiros fazem da Amazônia brasileira o seu santuário protetor — não há dúvida de que a segurança interna da área passou a ser responsabilidade do Exército brasileiro. Para desempenhar essas funções é preciso ter meios a seu dispor. Um bom começo seria, por exemplo, reconhecer — e este incidente, neste sentido, é positivo — que o Projeto Calha Norte é uma prioridade, fruto da necessidade de proteger, de integrar e de ocupar nosso espaço. E essa é a função essencial do Exército, que precisa ter os meios certos e os homens treinados para desempenhá-la. Tendo que dispensar os recrutas antes do almoço de sexta-feira e só os recebendo de volta na tarde da segunda, por falta de recursos para alimentá-los, a sociedade pode de fato exigir eficiência, especialmente em situações adversas como essa?